

# A Guerra da Restauração (1640-1668) no Teatro de Operações Transmontano

Tenente-general  
José Lopes Alves



**Através das “Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança” por Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal)**

## 1. Preâmbulo

Existem, como é conhecido, muitos milhares de trabalhos literários de maior ou menor fôlego e de maior ou menor projecção relativos à Guerra da Restauração da Independência, a qual, logo após 1 de Dezembro de 1640, assolou o País durante vinte e oito anos até Fevereiro de 1668, focando, quer o conjunto político e estratégico geral da luta, quer, especificamente, as campanhas desenroladas nos teatros de operações do Minho, de Trás-os-Montes, da Beira e do Alentejo, além das que, e muitas foram e com consequências graves, as que tiveram lugar no Ultramar Português de então.

A meu ver, todavia, qualquer estudo ou ensaio relativo à luta então travada no nordeste do País - este o espaço compreendido entre a região de Barroso e a linha vale do Tâmega-Serra do Marão, a oeste, a fronteira com Espanha, por norte e leste, e o vale do rio Douro, a sul - terá de ter em conta, na parte que interesse, o contexto das “Memórias” do erudito e muito conceituado Abade de Baçal citadas no título, cuja reedição viu a luz do dia em 1982 por muito louvável iniciativa do Museu de Bragança que tem o seu nome. Na realidade, baseado nos ponderados e valiosos resultados da sua persistente pesquisa de documentos, durante mais de cinquenta anos, em arquivos nacionais e espanhóis e nas tradições locais, fundamentalmente, e em fontes bibliográficas consagradas, como as de Luz Soriano, Rebêlo da Silva, Cristóvão Ayres, Sousa Viterbo e outras, trabalhou e produziu, a par da sua actividade pastoral como sacerdote, uma obra imensa, publicada em onze volumes, com a qual é imperioso contar na avaliação dos diversos domínios do conhecimento arqueológico-histórico geral daquela área correspondentes à guerra, os estratégicos, os políticos e os militares incluídos.

Deste modo, sob o efeito do conhecimento dos eventos históricos preliminares da Revolução de 1640 e das figuras que os viveram, cujo espírito continua a pairar no interior e nas imediações do Palácio da Independência, em Lisboa, recordar-se-ão nestas notas, em sintético texto e acompanhando as “Memórias”, as características geopolíticas e geoestratégicas do País no período da guerra, as acções de organização, preparação e empenhamento do Exército verificadas, em particular no teatro de operações transmontano, os resultados que foram sendo obtidos, a estratégia geral do governo do reino em que tais acções se encontravam inseridas e, finalmente, as consequências resultantes do tratado de paz que, em 1668, pôs fim à luta.

Pelo contributo que, desta forma, embora em capítulos dispersos pela sua cuidada e extensa obra, deu à História Militar e à Defesa Nacional neste e noutros dos seus períodos históricos mais relevantes, concluir-se-ão estas notas por mais alguns dados biográficos do Abade de Baçal, do qual decorre em 11 de Novembro deste ano de 2005 o 58º aniversário do falecimento.

## **2. Presença Física, Humana e Militar em 1640**

### *Aspectos gerais*

Por 1640, mantinham-se e mantiveram-se posteriormente por largas dezenas de anos as características geopolíticas e geoestratégicas que vinham caracterizando os quatro teatros de operações do território de Portugal na Península Ibérica em que se viveu a guerra, o do Alentejo, o do Minho, o de Trás-os-Montes e o da Beira, aqui indicados por ordem decrescente da intensidade das acções que então neles se verificaram: o penúltimo, o do quadrante nordeste, já delimitado, montanhoso, arborizado, bastante povoado, nomeadamente junto da fronteira, aberto a efectivos limitados e facilitando a defesa, em especial a guerrilha; o do Minho, sensivelmente com as mesmas características físicas do anterior, mas mais povoado, dispondo de faixa litoral que facilitava a progressão; o da Beira, ainda com as mesmas características do teatro transmontano em relação à parte física e humana, mas aberto uma vez descido o planalto e atingida a planície litoral; finalmente, o teatro do Alentejo, geralmente aberto a todas as investidas, em especial na sua metade norte, muito menos povoado, dificultando a defesa e permitindo o acesso mais fácil, curto e directo ao objectivo principal do território, Lisboa.

O teatro da Beira, também excêntrico como os dois setentrionais em relação ao objectivo principal, era o que a seguir se apresentava mais adequado às tropas espanholas para montarem e explorarem o eixo de penetração, embora mais longo e difícil, podendo, no entanto, ser utilizado em apoio ou cobertura de flanco de acções no do Alentejo. Os teatros do Minho e de Trás-os-Montes, então muito excêntricos pelas características do terreno e pela falta de comunicações, apenas poderiam visar como objectivo principal a área do Porto e neles fixar efectivos inimigos para impedir o seu emprego em apoio da sua manobra nos outros dois teatros.

Historicamente, de facto, o teatro de operações do Alentejo foi sempre o mais utilizado pelos espanhóis nas suas investidas em território nacional, constituindo último exemplo a vitoriosa ofensiva levada a efeito em 1580 pelo experiente e aguerrido general Duque d'Alba, com numerosos efectivos por terra e forte esquadra por mar, o qual, no prosseguimento das acções depois desencadeadas ao longo da margem direita do Tejo a partir de Cascais, levou à derrota das forças do Prior do Crato e à consequente perda da independência nacional, caudilho que os generais e almirantes espanhóis do período pós-revolucionário das décadas de quarenta, cinquenta e sessenta iriam, sem, felizmente para nós, o conseguirem, procurar imitar.

O ambiente geopolítico, geoestratégico e histórico de cada um dos teatros, com destaque para o mau relacionamento estabelecido com o odiado vizinho comum e as idiossincrasias das suas populações, moldou nestas, como é factor universal de todos os povos em todas as latitudes, determinadas características específicas de comportamento - activo, indiferente ou passivo - que as tornaram de certo modo distintas de teatro para teatro. Pelo que respeita, de facto, ao teatro transmontano, verifica-se por 1640, para além das características referidas, muito acentuados ressentimentos resultantes de constantes ofensas recebidas da generalidade dos espanhóis durante a ocupação filipina que se tornaram factor de acendrado ódio contra as suas gentes e povoações fronteiriças.

Sobre o espírito passivo, cordato e muito reservado, mas susceptível de se tornar duro e inconformado, geralmente atribuído às populações transmontanas, e que nos dias de hoje se mantém, descreve-se sucintamente, como curiosidade, um evento real verificado em meados do século XIX em determinada povoação, já no período histórico da Regeneração, durante um acto eleitoral para deputados que decorria no interior duma igreja e que o Abade de Baçal também dá notícia nas suas "Memórias".

*Havia dois partidos devidamente "cacitados", como era então de norma e parece ser ainda hoje. Nesse dia de eleições, os apaniguados de um dos partidos verificam que estão a perder o acto eleitoral, apagam as luzes dos candeeiros, tombam a mesa de voto e desatam a espancar e a fazer fogo contra os do outro grupo. No meio da refrega, ouve-se o grito de alguém que havia sido mortalmente ferido a tiro, dirigido ao irmão, que era do partido oposto, e contra o qual se batia no meio da escuridão. "- Ai, ladrão, que me mataste!..." Resposta do outro, continuando na refrega: - "É bem feito!...Porque não falaste!..."*

*Dias depois o evento é discutido numa sessão das Cortes e um deputado do partido a que pertencia o homem que deu o tiro e de que resultou a morte do irmão, observou, em conclusão, da tribuna, depois de dar ao sucedido o tratamento e a orientação partidárias que lhe interessavam: "- Foi, infelizmente, o que sucedeu!... Os transmontanos são muito bons, demoram a sair-se, mas, quando o fazem, é assim!..."*

O "Fossado" Transmontano

As características pessoais de comportamento referidas das populações e a escassez de efectivos regulares e auxiliares verificada em grande parte do período da luta, em

especial nos seus primeiros anos, conduziram a que muitas dessas populações se associassem voluntariamente às investidas contra o território espanhol e ao empenhamento em acções de defesa e, abandonando temporariamente as suas actividades agrícolas, apoiassem com entusiasmo o talar das gentes e povoações espanholas, destruindo, aniquilando, rapinando gados e colheitas, incendiando e fazendo prisioneiros. Era sistema de luta que só irá encontrar-se também, mas em menor escala, no teatro do Minho, reeditando em certa medida o modelo de “fossado” afonsino, de D. Afonso Henriques, o que em Julho de 1139 levou a hoste cristã ao Campo de Ourique alentejano e à vitória contra os muçulmanos.

Todavia, o entusiasmo por este tipo de colaboração entre tropas e populares nas investidas contra os galegos originava, sem dúvida, sacrifícios de vária ordem aos voluntários e suas famílias, muitas vezes o da vida, pelo que se foi o mesmo diluindo com o prolongamento da luta, abdicando dos ganhos que podiam ser recolhidos. Diga-se, no entanto, que tal comportamento por parte dos transmontanos era também seguido com igual vigor, não fossem eles galegos e mais nossos irmãos que quaisquer outras gentes da Península, pelas populações espanholas fronteiriças.

Deste modo, à guerra limpa, geométrica e alinhada, mas sempre sangrenta, que se travava de quando em quando no teatro de operações do Alentejo, antepunha-se no teatro transmontano, como pormenorizaremos cronologicamente a seguir, uma luta irregular de golpes, emboscadas, guerrilha e penetrações, visando aniquilar o inimigo, queimar as suas aldeias, destruir-lhe os meios de vida e obter despojos.

### **3. Medidas de D. João IV após a Revolução**

#### *Reorganização Militar do Reino*

Quando terminou o domínio dos Filipes o potencial militar do reino era praticamente nulo, “resistindo apenas de positivo”, como refere o general João de Almeida, “a antiga organização das “Ordenanças” que, uma vez restabelecida e aperfeiçoada, poderia constituir apreciável núcleo de resistência” contra a aguardada tentativa dos governantes espanhóis de reocuparem o trono. Esta fragilidade fora agravada em 1639 por Filipe IV ao ordenar a entrega na sede das comarcas de todas as armas em poder das populações, mas havia outras deficiências: desconheciam-se na generalidade as novas tácticas, já em curso na Europa, permitidas pelo desenvolvimento das armas de fogo e não havia chefes e comandantes capazes.

Valendo-se muitas vezes de bens próprios que, diga-se, eram avultados e lhe tinham sido mantidos pelos espanhóis, D. João IV procurou, no entanto, agir de imediato e, entre outras medidas, restabeleceu a organização dos Terços que vigorava em 1570, nomeou um Conselho de Guerra Permanente e uma Junta de Defesa das Fronteiras, criou os altos cargos de Tenente-General da Artilharia, Tenente-General da Cavalaria e de Governador de Armas das províncias, compreendendo estas um total de 25 comarcas e diversas capitánias, tendo à frente um capitão-mor e dois ajudantes, e reorganizou o sistema de

“levas”, tornando o serviço militar obrigatório “para todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos, mas com isenção dos lavradores e dos filhos das viúvas” que com elas coabitassem. Surge, assim, o primeiro Exército Permanente em Portugal com Terços Regulares e Terços Auxiliares, estes formando o segundo escalão territorial e sendo os oficiais nomeados entre os nobres e os graduados e soldados recrutados nas listas das Companhias de Ordenanças constituídas pelos restantes homens válidos. O Rei ordenou, além disso, a reparação de castelos e fortalezas e a abertura de caminhos, em especial na província do Alentejo, e fundou coudelarias e fábricas de material de guerra e munições.

Esta reorganização, que foi naturalmente particularizada nas três Armas e Serviços e que vigoraria, com ligeiras alterações, até ao reinado de D. Afonso VI, teve, durante o período em que serviram, dois entusiastas promotores: o Conde de Castelo Melhor a nível do governo do reino, desde início, e, mais tarde, o Conde de Schomberg, general alemão contratado ao Exército Francês em fins de 1659 com mais 600 oficiais franceses para servirem no Exército Português.

### *Estratégia Delineada*

Sendo, portanto, o Alentejo, a província por onde a ameaça persistente da invasão espanhola era mais perigosa e evidente, foi naturalmente para este teatro que incidiram desde início e, depois, durante toda a campanha, as principais preocupações. Aos outros teatros, nomeadamente o do Minho e o de Trás-os-Montes, só na última década da luta, a partir de 1659, ainda que sem prejuízo do empenhamento no nordeste alentejano, lhes foi considerada certa relevância.

Alcandorado, como já se referiu, entre as profundas, agrestes e pedregosas arribas do rio Douro e as montanhas arborizadas que por norte, leste e oeste delimitam o planalto - que tantas centenas de anos atrás tinham contribuído para dificultar ou impedir a fixação das hordas germânicas, primeiro, das romanas, a seguir, e das muçulmanas, finalmente - o teatro transmontano foi, na realidade, considerado secundário, principalmente nos primeiros anos da guerra, quanto à reorganização da sua defesa e à atribuição de forças regulares e comandos, apesar de ser nos muitos e valiosos domínios que aí possuía que o Rei, Duque de Bragança, ia buscar boa parte dos apoios financeiros de que imperiosamente necessitava para a organização geral da Defesa. Efectivamente, a província foi remetida para outro ritmo menor de preocupações bélicas, situação a que as suas populações, desde sempre ressentidas com o odioso tratamento imposto anos atrás pelo dominador espanhol, corresponderam geralmente, no entanto, com elevado espírito de defesa e não perdendo a oportunidade de o exhibir com todo o tipo de armas disponíveis, desde as fogo, que eram em número reduzido, às adaptadas das ferramentas, equipamentos e materiais com que diariamente labutavam.

É assim que, para se empenharem desde início na situação de guerra, as autoridades locais tivessem de pedir ao comandante das armas da Beira um oficial que pudesse tratar da organização e instalação da defesa da sua província, que imediatamente acedeu, tendo nomeado para o cargo de comandante das armas de Trás-os-Montes o sargento-mor de

Viana do Castelo, Martim Velho da Fonseca, o qual, como refere o Abade Baçal”, “trata imediatamente de preparar a defesa das povoações, fortificando-as, abrindo trincheiras e guarnecendo-as com os escassos meios disponíveis, em especial das que se situavam mais perto da fronteira”.

Só em 3 de Janeiro de 1641, mais de um mês após a Revolução, é que o poder régio designou para essas funções o nobre Rodrigues Figueiredo de Alarcão, que fora um dos quarenta conjurados do ano anterior, prosseguindo-se então com maior entusiasmo a reorganização da defesa encetada, recrutando-se e instruindo-se tropas regulares e auxiliares e adquirindo-se cavalos e armas.

### *Preponderância do Teatro de Operações do Alentejo*

Ainda que se apresentasse de enorme dimensão a acção que então se exigia ao governo do reino e aos seus militares, os quais, como se referiu, tinham de prover, além do território do País na Península Ibérica, também à defesa do Brasil e de todos os outros territórios do Ultramar Português contra as investidas de espanhóis e holandeses, a directriz principal da estratégia geral da defesa foi sempre efectivamente orientada para o teatro alentejano, aliás deficientemente preparado de início quanto a efectivos disponíveis e a fortificações capazes de conterem a sempre aguardada reacção espanhola à conseguida independência.

Sucintamente, a luta que durante os vinte e oito anos da guerra se travou no Alentejo, o teatro principal, teve como eventos mais característicos:

a) Numa 1ª fase, que Carlos Selvagem e Andrade e Silva consideram de 1641 a 1646, ligeiras incursões de parte a parte, a vitória das tropas portuguesas em Montijo, (pequena povoação na área de Badajoz), e os ataques, repelidos, das tropas espanholas às Linhas de Elvas (1ª acção) e à povoação próxima de Santo Aleixo que chegaram a tomar. A lentidão da condução das operações por parte dos dois Exércitos levou à substituição dos respectivos comandantes.

b) Numa 2ª fase, de 1647 a 1656, em que se verifica o mesmo tipo de acções da fase anterior, mas então conduzidas com maiores iniciativa e espírito ofensivo por parte das tropas portuguesas ainda que sem resultados compensadores.

c) Numa 3ª fase, de 1657 a 1659, em que a tendência ofensiva é maior por parte dos espanhóis e concretizada pela tomada, entre outras povoações menores, de Olivença e por tentativa análoga, mas repelida, sobre a vila de Mourão, em 1658, e sobre as Linhas de Elvas (2ª acção), em 1659. Por nossa parte, verificou-se o cerco e assalto, frustrados, à praça de Badajoz.

d) Numa 4ª fase, de 1660 a 1668, ano em que terminaria o conflito, então já com o Conde de Schomberg nas funções sucessivas de Chefe do Estado-Maior General do Exército, como hoje se diria, primeiro, Mestre de Campo General das Forças do Alentejo e, por vezes, Chefe de Estado-Maior das mesmas Forças, a seguir, e, sempre, comandante geral de todas as forças estrangeiras no País - oficiais franceses, ingleses e alemães. Verificar-se-iam nesta fase as vitórias do Exército Português em Ameixial (8 de Julho de 1663) e Montes Claros (17 de Junho de 1665), as quais, em especial a última, conjuntamente com os êxitos também obtidos nesse período e posteriormente nos teatros

do Minho e de Trás-os-Montes decidiriam a nosso favor o termo da guerra.

Nesta última fase da guerra, os espanhóis já tinham resolvido as dissensões que os opunham à França, à Itália e à Catalunha, estando livres, portanto, para se empenharem com todo o seu potencial, como fizeram, contra Portugal.

O Conde de Schomberg, apesar da oposição e ciúmes que, desde o início do seu contrato em fins de 1659, muitos oficiais portugueses lhe votavam, havia conseguido efectivamente, seguindo a “escola militar francesa” advogada pelo Marechal Turenne, de que fora discípulo, restabelecer entre as nossas tropas o espírito de defesa, reorganizá-las e modernizar o sistema táctico do seu empenhamento.

#### *Acção do Padre António Vieira*

Figura histórica geralmente mais conhecida pelos seus “Sermões”, nos quais criticava por vezes a vida oficial e particular do o reino e proclamava o que no seu entendimento se devia fazer para ultrapassar as dificuldades que se viviam, o conceituado jesuíta Padre António Vieira teve também marcante influência no desenvolvimento da guerra como político e diplomata, na sua posição activa, sempre assumida, de conselheiro particular do Rei.

Regressado do Brasil por 1643 e fazendo parte do Conselho de Defesa Privado de D. João IV, primeiro, e de D. Afonso VI, depois, recomenda logo de início, em face da precaridade dos meios do exército português em relação aos do exército espanhol, a adopção de uma atitude defensiva generalizada, aproveitando a acalmia que então se verificaria para reorganizar a defesa em novas bases, fortificar as povoações no estilo “Vauban”, já surgido e ensaiado com êxito em França, comprar cavalos e navios e contratar tropas estrangeiras, em especial oficiais com prática de comando de operações. Acompanhando sempre os acontecimentos que se iam registando junto das fronteiras e no interior dos gabinetes do Reino, retoma por 1659 a sua proposta de se recorrer a generais e outros oficiais estrangeiros, e toma a iniciativa de acompanhar uma delegação a França, que politicamente nos negava apoio, para conseguir junto do Marechal Turenne, que era afecto á nossa causa, os efectivos de oficiais necessários. É na sequência desta acção que são contratados em fins de 1659 o general Conde de Schomberg e os mais seiscentos oficiais franceses já referidos.

Antes, a míngua de pessoal capaz havia-o levado a aconselhar D. João IV a deslocar a corte para o Brasil, de onde governaria o Império enquanto aguardava a evolução favorável da situação na Península Ibérica.

Entre os seus “Sermões”, todos eles peças de oratória altamente apreciadas, destaca-se no âmbito da guerra o que pronunciou perante a Rainha na Capela Real de Lisboa, em 1645, “pelo bom sucesso das tropas portuguesas”, numa das alturas em que o Rei passou com o Exército para além-Tejo para mais uma campanha, no qual exortava os soldados “à boa luta, com fé e proveito” e pedia aos governantes e familiares dos militares que

tomassem espiritualmente parte na luta de modo a criar-se a força anímica generalizada que levasse à vitória.

Apresenta-se a seguir um extracto, no português da época, desse longo, mas muito escutado e apreciado sermão:

*"...Grande causa, senhora, é a que põe hoje vossa magestade aos pés de Cristo; grande causa, Portugueses, é a que nos chama hoje a este lugar; tão grande, que ainda é maior do que parece. O que nesta matéria vêem os olhos é muito; o que discorre do entendimento é tudo. É tão grande o empenho desta empresa, que não sei como declarar o que entendo dele. Deus nos dê o sucesso que esperamos, porque vejo nesta jornada empenhado todo o Reino em corpo e alma. Já acertei ao dizer: explicar-me-ei agora.*

*Primeiramente está empenhado o Reino com todo o corpo; porque não só se abalou a cabeça, não só temos em campanha El-Rei, que Deus guarde, que basta para pôr o mundo em expectação, como a nós em grande cuidado. Mas, para ser total o empenho, seguirão o exemplo a cabeça e, por união natural, todos os membros da monarquia, os grandes, os títulos, a nobreza, a casa real, a corte, os requerentes, os letrados, as universidades inteiras, as pessoas particulares de todas as cidades e vilas, os auxiliares das comarcas, os presídios das províncias, enfim, tudo. De maneira que havemos de considerar Portugal, que temos em campanha, não um exército de Portugal, senão Portugal num exército. De tal sorte é esta causa comum que toca a todos em particular e ao mais particular de cada um. Lá vão os pais, lá os filhos, lá os maridos, lá as casas, lá os herdeiros, lá os corações, lá o remédio de todos. Os que ficamos estamos fora do exército para o trabalho, mas marchamos com os demais para o perigo. Assim que todo o corpo do reino temos empenhado nesta empresa e para que ao corpo não faltasse o sangue, considerai as grandes despesas públicas e particulares que se têm feito e quanta desgraça seria ficarem mal logradas..."*

Nesta sua oração, como se constata, o Padre António Viera teve em vista exortar o comportamento dos oficiais, graduados e soldados que acompanhavam o Rei, aproveitando a oportunidade para chamar toda a nação às suas responsabilidades e ao seu patriotismo. O âmbito das suas afirmações não se dirigia, portanto, apenas ao exército daquele teatro, mas ao exército de todos os teatros, não chamava em seu apoio determinada classe da população, mas a população inteira de todas as classes.

#### **4. Principais Acções no Teatro Transmontano**

##### *Aspectos Gerais*

O desenvolvimento da guerra em cada um dos teatros, que não o alentejano, dependia, como já se aflorou, dos meios que localmente se podiam reunir e da evolução que naquele, o principal, se verificava. De facto, o dispor-se neles de tropas, de armas e de comandantes dependia por vezes do que, cautelosamente, se pudesse retirar da província do Alentejo e, ainda, da necessidade e possibilidade de distrair meios para o seu reforço. Mas, apesar de Carlos Selvagem e outros historiadores, como se apontou, considerarem no quadrante nordeste alentejano quatro fases da guerra em face das resultantes



políticas e estratégicas e das táticas seguidas, não resta dúvida de que no conjunto do território e do ponto de vista estratégico, operacional e logístico-administrativo essas fases se terão inserido mais claramente em apenas duas: a primeira, de 1641 a 1659, antes da chegada do Conde de Schomberg, e a segunda, de 1660 a 1668, com este general até ao termo da luta, ambas tendo a apoiá-las ao nível do governo do Reino, como organizador e administrador, enquanto não foi afastado, o Conde de Castelo Melhor.

### *Sistema de Luta*

Sujeito, portanto, aos deficientes e sempre magros factores de defesa locais e aos que decorriam da luta nos outros teatros, o teatro de operações de Trás-os-Montes, logo a partir de 1641, apesar dos trabalhos de preparação da sua defesa imediatamente encetados no cumprimento das ordens reais, encontrava-se em muito mau estado quanto à organização e preparação das tropas, estas agravadas, como já se referiu, pela obrigatoriedade de entrega das armas pelos populares que as possuíam, deixando-lhes praticamente só os seus artefactos agrícolas e outros para “darem largas aos seu ódio contra os irmãos-inimigos”.

O entusiasmo das populações pela luta não esmoreceu, todavia, criando-se de imediato, superiorizando-se a essas contrariedades, *o esquema de actuação* possível: acompanhamento das tropas dos terços, geralmente de pequeno efectivo, por colunas de civis para, dando o seu melhor, cooperarem nos ataques às povoações espanholas, acolhendo-se depois ao território nacional com ricos despojos - prisioneiros, gados e dinheiro - abstraindo da ideia que, em regra, teve sempre concretização, de que o inimigo montaria em prazo mais ou menos curto resposta violenta do mesmo tipo sobre as nossas povoações, destruindo e incendiando povoações e culturas e assassinado sem considerações de sexo ou idade.

Era sistema de luta seguido por um e outro lado, que, embora fosse análogo, era muito mais intenso do que então era possível desenvolver nos teatros do Minho e da Beira.

### *Eventos Dominantes Verificados*

a) É no âmbito geral deste panorama bélico que decorrem as operações no teatro de Trás-os-Montes no primeiro ano da guerra. Efectivamente, ficaram memoráveis nesse *ano de 1641* as penetrações efectuadas:

- pela veiga de Chaves, no condado espanhol de Monte Rey, na qual foram incendiadas 13 povoações e mortos grande parte dos seus habitantes;

- pelas serranias à frente de Monforte do Rio-Livre, nas quais foram taladas 20, e pelas terras de Vinhais, em que foram atacadas e destruídas mais 4, num total de 2200 fogos assaltados, incendiados e com muitas baixas entre os habitantes, sem atender a sexo ou idade.

Em represália imediata, emprestando à luta no teatro o cariz que depois se manteria com maior ou menor intensidade durante os vinte e oito anos da sua duração, os espanhóis assaltaram e incendiaram 6 aldeias na mesma área de Monforte, cometendo as maiores atrocidades entre os seus habitantes. Em contra-resposta a esta acção, no entanto, as

tropas e civis portugueses reentraram em Espanha ainda nesse ano, novamente pelo vale de Chaves e queimaram e saquearam mais 10 povoações.

b) Este espírito ofensivo de parte a parte, que iria revelar-se mais activo nos dois ou três anos seguintes, aplicado num sistema de guerra sem arte, sem muita disciplina e sem visar objectivos decisivos, iria esmorecendo depois lentamente de ambos os lados por cansaço e pelo número de baixas que se sofriam. Localmente, tratava-se apenas de manter vivo os ódios estabelecidos durante tanto tempo entre as populações, destruir e aniquilar sem qualquer finalidade política ou estratégica real e duradoura, apenas para obter benefícios materiais imediatos.

Fazia-se o mal por fazer, retirava-se logo de seguida das povoações taladas, sabendo-se, no entanto, que logo a seguir o agredido se veria confrontado como uma resposta do antagonista, pelo menos com o mesmo nível de violência e o mesmo grau de destruição. Constitui exemplo específico do valor mesquinho dos objectivos da luta assim travada o roubo, citado pelo Abade de Baçal, de um sino de determinada aldeia portuguesa praticado pelos espanhóis durante uma investida, o qual determinou da parte portuguesa a montagem de uma acção, certamente causadora de baixas, contra uma aldeia espanhola próxima para roubar, não um, mas dois sinos.

Estas pequenas, mas duras e violentas, incursões de guerra irregular, que também se verificavam noutros pontos da fronteira, embora em menor escala, e haviam partido de início das áreas de Chaves, Monforte do Rio Livre e Vinhais, estender-se-iam nos anos vindouros à fronteira de Bragança e Miranda do Douro, também com acções de parte a parte, mas sempre com pleno entendimento e cooperação entre *guarnições militares e populações, as quais acorriam entusiasticamente às "levas" para irem maltratar o adversário e recolher como contrapartida os despojos da luta.*

c) Na sequência do cansaço e dos sacrifícios que "os fossados" acarretavam, logo em 1642, diz o Abade de Baçal "o povo ia perdendo o entusiasmo com que começou a guerra" e, por 1644, "começou a sentir, de facto, na carne os inconvenientes de tal sistema de luta de pilhagem, assassínio e destruição de povoações". E um ano depois, em 1645, "mais se acentuou tal perda de entusiasmo e de espírito de luta, abandonando-se simplesmente o sistema de incursões na Galiza para não se sofrerem represálias" que eram geralmente muito danosas para as nossas próprias populações. E este mesmo espírito se instalou também pela mesma altura entre as autoridades civis e militares e as populações fronteiriças galegas, deixando também de fazer parte dos seus esquemas de luta as incursões desbragadas no nosso território fronteiriço.

Todavia, o abandono deste sistema de luta, a par do benefício de não fazerem a guerra, acarretou para os portugueses dois graves inconvenientes:

- O imediato abaixamento generalizado do espírito de luta entre tropas regulares, auxiliares;

- O desenvolvimento da inércia entre umas e outras, as quais, sem actividade operacional e sem serem ocupados em instrução, passaram a dedicar-se à vida sonolenta dos quartéis, a entregar-se a desmandos no exterior e a ocasionar, por deserção e falta de recompletamento, a grandes vazios nas unidades e guarnições das praças.

d) No ano de 1646, persistindo ainda menos entusiasta e mais passivo o espírito de luta,

surgem outras perniciosas consequências. Efectivamente, aproveitando o facto de o então governador das armas, D. João de Sousa, se encontrar doente em Vila Real, os *procuradores ou representantes dos povos* requereram que estes fossem imediatamente desobrigados de acorrer á defesa das fronteiras, sendo-lhes a pretensão deferida mas, em contrapartida, visando a quantidade e a qualidade das forças necessárias, com sujeição “ao pagamento de subsídio suficiente para manter a tropa de linha”. Todavia, a demora naturalmente resultante na constituição de novo contingente operacional induziu os espanhóis a tirar partido da fragilidade visível aquém fronteiras, voltando inesperadamente à prática do sistema de luta abandonado e atacando pelos fins desse mesmo ano muitas povoações da área de Bragança nas quais cometeram as atrocidades que eram usuais. Prepararam-se mesmo para assaltar à cidade, acção que, no entanto, não chegaram a concretizar em virtude do então governador, D. Rodrigo Figueiredo de Alarcão, ter conseguido reunir uma força de 700 infantes e 110 cavaleiros e com ela ter caído de noite, com completa surpresa, sobre o acampamento inimigo, matando o seu comandante, D. Francisco Goldres, e todos os oficiais do seu estado-maior e pôr em debandada todos os militares e populares que o acompanhavam. Não se verificaram de momento, ao contrário do que era normal, quaisquer represálias por parte dos espanhóis.

e) Nos dois anos de *1647 e 1648* nada se verificou assinalável do ponto de vista operacional, para além de ligeiros e ocasionais recontros. Esse facto iria permitir-nos “levantar” e instruir naquele último ano cerca de um milhar de soldados e destacar um Terço de reforço às tropas do teatro alentejano, sempre considerado o fulcro dominante das operações no país.

Todavia, no seguinte ano de *1649* voltar-se-ia em força ao sistema de “fossado”, não por desejo de novo comandante de armas da província, D. Jerónimo de Ataíde, Conde de Atouguia, que, bem visto pela população, se limitou a aumentar e a desenvolver os meios de defesa, mas por inconsciente iniciativa do então comandante ou comissário-geral da Cavalaria, Henrique de Lamoulé, com sede em Chaves. Na realidade, por vontade própria, parte desta cidade com uma força apreciável e ataca de surpresa no bom sistema antigo a rica povoação galega de Uimbra na qual comete as maiores atrocidades. Completados a destruição, o morticínio e o saque, regressa à base, mas é interceptado no caminho, derrotado e morto.

As represálias dos espanhóis não se fizeram esperar, seguindo o velho ditado “quem não se sente não é filho de boa gente” que os galegos sempre mostraram conhecer. Um forte contingente de tropas inimigas cerca Chaves e monta o assalto à praça. Mas não conseguiu, felizmente, concretizá-lo. O general Joannes Mendes de Vasconcelos, que se encontrava a descansar das refregas do Alentejo numa quinta próxima, sua propriedade, reúne algumas tropas e populações e realiza de pronto algumas surtidas frutíferas sobre povoações da Galiza, levando os espanhóis a desistir da intenção do assalto e a reentrar no seu território.

f) Os anos de *1650 e 1651* foram pacíficos. As tropas portuguesas não desejavam de momento voltar à luta e as espanholas, duramente empenhadas em operações contra a sublevação da sua província da Catalunha, não queriam abandonar a responsabilidade nessa frente para se voltarem para uma outra, a portuguesa, então calma e sem que dela

lhes pudessem advir substanciais vantagens. Mas, logo em 1652 seria diferente. Tendo conseguido certo desafogo na frente catalã, os espanhóis entraram em grande força pela fronteira de Barroso e provocaram diversas depredações e assassinatos.

Foi então a vez de o Conde de Atouguia, que governava a praça de Vinhais, obter imediato desforço. Reunindo forte destacamento da cavalaria e algumas “levas” de civis entrou em Espanha por essa área, destruindo, incendiando e saqueando várias povoações.

Com estas duas acções voltou-se francamente à guerra irregular do passado, com alguns “fossados” de monta, tanto em 1654, ano que assumiu o comando das armas da província o general Joannes Mendes de Vasconcelos, como em 1655, também com este general.

g) A morte de D. João IV em 1656, a entrega da regência do Reino a D. Catarina e as quezílias que então se instalaram na corte, foram acompanhados de vários desaires das tropas portuguesas no teatro do Alentejo, sendo o general Joannes Mendes de Vasconcelos nomeado seu comandante de armas como “salvador da Pátria”. E a relativa paz que se vivia nesse ano no teatro transmontano e que continuaria no ano seguinte permitiu mesmo deslocar 1200 infantes e 400 cavaleiros para a província do Minho, em apoio das acções que estavam aí a realizar-se contra diversas incursões inimigas.

Todavia, como é conhecido, Joannes Mendes de Vasconcelos, por falta de meios, não foi feliz no Alentejo e é de novo remetido, em 1658 para o comando das armas do teatro transmontano, funções que, no entanto não viria a ocupar. Nesse mesmo ano, porém, tirando partido da carência de efectivos que também aí se verificava, para a qual contribuíam os efectivos que se encontravam em reforço dos teatros do Minho e do próprio Alentejo, os espanhóis voltaram a assolar muitas povoações da fronteira sem que as tropas portuguesas pudessem opor-se capazmente e tentar contra-infiltrações noutras áreas.

h) Em 1659 é nomeado governador das armas da província o Conde de Mesquitela - o general Mendes de Vasconcelos, como se disse, não retomara funções - o qual procedeu de imediato à reorganização militar local, recompôs os terços e as companhias de ordenanças e fez reparar algumas fortificações. Porém, é chamado a Lisboa logo no ano seguinte, sendo nomeado para o substituir o Conde de S. João, militar brilhante, organizador e homem de acção, muito estimado pelos transmontanos pelas suas qualidades e devoção à província, onde, aliás era possuidor de algumas vilas e lugares, e merecedor, portanto, de todo o apoio ao seu comando.

Não constitui, deste modo, surpresa que, logo que se sentiu com meios adequados, tomasse a iniciativa das operações, atacando a vila de Alcanices, fronteira a Miranda do Douro, com uma força de 8000 infantes, 300 cavaleiros e duas peças de artilharia - o maior efectivo reunido numa mesma operação no teatro durante todo o período da guerra - saqueando, causando muitas baixas e incendiando a povoação. Todavia, logo a seguir, os espanhóis responderam com um ataque sobre Miranda, retirando, no entanto, após terem causado as costumadas devastações.

Irrequieto, o Conde aproveita logo depois o período de acalmia que se estabeleceu e, nos princípios de 1661, vai apoiar com algumas tropas a defesa do Minho, então carente de auxílio. E, no regresso ao seu comando, penetra na Galiza e obriga muitas povoações a tornarem-se tributárias do reino.

i) No ano seguinte, 1662, verifica-se a primeira incursão do general Balthazar Pantoja, “Fronteiro da Galiza”, no território português, precisamente no Minho. O Conde de S. João acorre novamente em apoio deste teatro e, após conjurado o perigo, volta à área do seu comando, reorganiza e reCompleta as forças e, em 1663, partindo então da área de Monforte do Rio Livre com 700 cavaleiros, ataca diversas aldeias galegas onde se encontravam instalados e aboletados diversos contingentes de tropas espanholas visando operações seguintes, desbaratando-os completamente. *“Poucos escapam de morrer ou prisioneiros”*, escreve o Abade de Baçal.

Não se detém, todavia, nesta acção a actividade do Conde, que investe de novo em 1664 contra o território espanhol. Partindo então das praças de Chaves e de Bragança com curto intervalo, saqueia e incendeia cerca de meia centena de povoações, conseguindo apossar-se, só na frente de Bragança, de 8 000 cabeças de gado miúdo, 800 bois e grandes quantidades de dinheiro em patacas e dobrões. E foi tal a fama que desta e de todas as acções foi construindo, que as mães transmontanas, quando queriam que os filhos não chorassem, lhes diziam: *“Cala-te, ladrão, que vem aí o Conde de S. João!...”*.

A acção deste comandante das armas de Trás-os-Montes prosseguiria ainda por 1665 com as mesmas características de actividade, mas, em 1666, após mais de cinco anos no cargo, é deslocado para Lisboa.

j) Por meados de 1666, sendo então comandante de armas da província Diogo Brito Coutinho, deu-se a segunda incursão do general Pantoja no território, agora pela fronteira de Montalegre. Previamente informado da acção, o general Brito Coutinho determina a recolha de populações e gados mais para o interior, pelo que os espanhóis encontram inesperado vazio. Pantoja entra efectivamente em 11 de Julho, incendeia aquela vila e dirige-se sobre Chaves, que atinge a 13, dois dias depois. O encontro com as tropas portuguesas dá-se nas imediações da fortaleza com muitas baixas de parte a parte, mas os espanhóis não conseguem nela penetrar.

Já muito desfalcado de efectivos, o general espanhol retira sobre a fronteira pelo vale do rio Tâmega na direcção de Monte Rey, atacando de passagem as povoações de Faiões e Santo Estevam, cujas diminutas guarnições se defendem arduamente, em especial a última. Após reorganização das suas forças, volta-se para leste, escorrega ao longo da fronteira e, em 17 de Julho, põe cerco à praça de Vinhais. Não consegue também, no entanto, entrar na vila, graças à valentia dos seus moradores, homens e mulheres, como se descreverá no parágrafo seguinte.

k) As consequências para os espanhóis destas segunda e terceira penetrações de Pantoja no território nacional não se ficaram apenas pelas baixas sofridas. É o Abade de Baçal, no seu estilo claro e directo de escrever, que melhor informa do que se passou na realidade: *“Tendo notícia dos calamitosos apuros em que estava metida a sua província, o Conde de S. João, ainda em Lisboa, como leão rugidor a quem arrabatam os filhos, voa para o lugar do perigo (novamente como comandante das armas da província) e foram tantas e repetidas as incursões de represália que fez a todos os lugares próximos da fronteira e a outros que, por mais distantes, se julgavam seguros, que conseguiu naquele reino ser admirado dos homens e foi tão elevado o número de lugares por ele sujeitos ao domínio português que o seu subsídio (que se prontificaram a pagar para não receber maior*

castigo) *alimentava a nossa cavalaria*".

Destas sucessivas acções comandadas pelo Conde de S. João resultaram ainda avultados despojos e mais de quinhentos prisioneiros.

1) Em continuidade, pelos fins do ano seguinte, 1667, o sargento-mor de batalha Francisco de Távora, que ficou encarregado do governo das armas na ausência do Conde, organiza e comanda nova acção de vulto: penetrando cerca de cinco léguas em território espanhol - a mais profunda penetração realizada além fronteira durante todo o período da guerra - e toma 108 vilas e aldeias, que submete, tributárias do Reino.

Seria este grande sucesso a última operação das campanhas no teatro transmontano. Efectivamente, por iniciativa do governo espanhol e interesse da França, a guerra terminaria em 19 de Fevereiro de 1668, data em que foi concluída a paz entre os dois reinos. A Espanha reconhecia a legitimidade dos direitos da Casa de Bragança à Coroa. Portuguesa e, conseqüentemente, a contestada e tão combatida independência de Portugal, e eram entregues de um e outro lado todas as terras e povoações tomadas ou submetidas.

## 5. Penúltimo Empenhamento Relevante

Diz respeito este "empenhamento" à terceira incursão do general Balthazar Pantoja em território nacional, em Julho de 1666, já enunciada no parágrafo anterior, e ao cerco da praça de Vinhais em 17 do mesmo mês que aquela teve por objectivo, seguindo-se para tal um relato intitulado "Sítio de Vinhais em 17 de Julho de 1666", documento manuscrito que o Abade de Baçal também transcreve nas suas "Memórias". Foi autor do relato, datado de 1 de Setembro de 1786, 120 anos depois do evento a que se refere, Inácio Xavier de Moraes Sarmento de Mariz, o qual foi depois copiado por Sebastião de Morais Sarmento "para lembrança de quem o quizer ver"<sup>1</sup>.

Era governador da praça de Vinhais nessa data de 1666 um outro oficial do mesmo apelido, ancestral dos dois anteriores, Estevão de Morais Sarmento.

### *Situação no Período*

Revertendo sobre a participação na guerra daquele general espanhol, recorde-se que ele comandou três incursões em áreas fronteiriças dos teatros de operações do nosso território:

- A primeira, no Minho, na primavera de 1662, sobre Valença, de início, e Arcos de Valdevez, a seguir, que não conseguiu tomar, visando como objectivo último a cidade do Porto. Foi obrigado a retirar pelas forças do Conde do Prado, reforçadas por contingentes do Alentejo e de Trás-os-Montes.
- A segunda, em Trás-os-Montes, 11 de Julho de 1666, por Montalegre, onde cometeu as maiores atrocidades, indo a seguir por cerco a Chaves onde chegou a 13. Foi obrigado a levantar o cerco, após combates em que houve numerosas baixas nos dois exércitos, e recolheu ao longo do vale do Rio Tâmega sobre Monte Rey.
- A terceira, a que é objecto deste parágrafo, e que se verifica no prosseguimento da

anterior. Tendo reorganizado as suas forças naquela praça espanhola, vem dois dias depois sobre a praça de Monforte do Rio Livre e, deslizando ao longo da fronteira e cometendo os maiores desmandos por onde passava, vai atacar a praça de Vinhais, onde chega a 17 de Julho. Não conseguindo tomar a fortaleza à primeira tentativa, incendeia as casas no exterior da muralha e põe-lhe cerco. A sua força, muito menor que a das duas investidas anteriores, abrangia então “1700 regulares, auxiliares, milícias e paisanos”.

A praça, a antiga Póvoa Rica com cerca de dois mil habitantes, e cujo nome posterior advém da sua riqueza agrícola em vinhas cultivadas ao longo dos seus vales e colinas, tinha então apenas 150 habitantes - 20 com moradia no interior da fortaleza - e uma guarnição de 50 tropas regulares e auxiliares com oito peças de artilharia. Os elementos da população, com algumas famílias nobres, eram aguerridos, possuindo a maior parte deles elevado espírito de defesa, como iriam demonstrá-lo.

Mandada reconstruir por D. Diniz, a fortaleza da praça tinha forma circular e apenas 500 pés de perímetro, cerca de 150 metros. Com duas muralhas concêntricas feitas de alvenaria, barro e cal, possuía sete torres de “sofrível altura” e abrigava no seu interior uma igreja dedicada a N<sup>a</sup>S<sup>a</sup> da Assunção com torre sineira que era naturalmente utilizada como posto de observação. A porta principal da fortaleza dava para o terreiro central da vila, ficando-lhe em frente o Convento das Religiosas Reformadas de Santa Clara, com reduzido número de freiras.

Como é historicamente conhecido, a praça não foi tomada pelos espanhóis. Tal ficou a dever-se à iniciativa, energia e determinação do seu governador, ao valoroso comportamento dos homens e mulheres dentro e fora da praça e à preciosa influência de um ardil da defesa e de um evento casual.

### *Evolução da Acção*

Logo que teve conhecimento da aproximação das forças de Pantoja, o governador fez sair da fortaleza todos os homens idosos, mulheres e crianças, apenas ficando no seu interior todos os que pudessem ser úteis à defesa. Mesmo assim, todos os que saíram, “escoltados por lavradores velhos, sacerdotes e criados, com algumas armas de fogo, chuços, mantimentos e munições”, foram abrigar-se em local das imediações que, pela sua natureza física, lhes permitiria resistir por algum tempo. Este “Esquadrão”, como denomina o relato o grupo de gentes, era capitaneado por uma mulher que tinha como auxiliares uma irmã e uma prima.

Os espanhóis iniciaram o ataque à praça logo que chegaram, tendo os perto de duzentos defensores repellido todos os assaltos e obrigando-os a retirar, com muitos mortos e feridos, para algumas casas encostadas à muralha de que conseguiram apossar-se. Houve depois sucessivos assaltos e troca de tiros durante cerca de três horas, e num deles, um pequeno grupo de espanhóis conseguiu mesmo penetrar até à segunda muralha mas foi de imediato também repellido.

Houve, naturalmente, também algumas baixas entre os defensores e alguns destes,

pensando que estariam mais seguros no exterior do que no interior da fortificação, abandonaram-na pela retaguarda e foram juntar-se aos que já se encontravam nas imediações. E, diz o relato, *“hera já alto o dia, o governador constata que dos seus duzentos homens apenas lhe restavam uns trinta para defender a praça”*.

Então, acolitado por uma Senhora Maria de Morais que se revelava elemento forte da luta, reuniu os defensores que lhes restavam, fez-lhes uma exortação ao comportamento que deles esperava e decidiu recorrer a um ardil que pudesse contribuir para o fortalecimento e rendimento da defesa.

### *O Ardil*

No interior da praça havia um chapeleiro. O governador mandou buscar todos os chapéus que este possuía, que bastantes seriam, e colocou-os na ponta de chuços ao longo da muralha de modo que, vista do exterior, esta parecia estar guarnecida por muitas gentes e armas. Em seguimento desta acção mandou dois ou três homens fazer fogo contínuo por toda a muralha, sempre de posições diferentes, destacou um tamborileiro para a estrada que vinha de Bragança, o qual, tocando de quando em quando os toques de “marcha” e “a degolar”, daria sinal de próxima chegada de reforços, e enviou um terceiro a contactar os habitantes que estavam dispersos nas colinas exteriores pedindo que, sempre que possível, fizessem fogo sobre os espanhóis.

Este conjunto de actividades da defesa manteve as tropas espanholas em expectativa durante algum tempo. Depois, Pantoja, vendo que a situação ameaçava eternizar-se sem quaisquer proveitos e desejando pôr-lhe fim, enviou o seu sargento-mor à fortaleza a convidar o governador a render-se, especificando as condições em que a rendição se verificaria. O governador despachou de imediato o sargento-mor com uma resposta negativa e, este, quando regressou às suas linhas e informou Pantoja do resultado da sua diligência, acrescentou: *“Senhor la plaça sim, mas plevencione nó llegamos lá que está rodiada de gente e el gobernador, que non és mui grande de corpo, hé ombre de boena idade e mui soldado”*.

E desta forma se manteve a situação de um e outro lado, com tiros e correrias esporádicos, até que pelo fim da tarde sobreveio o acontecimento que levaria os espanhóis, já cansados e desiludidos, a levantar o cerco e a regressar a território espanhol.

### *O Evento Casual*

Uma moça chamada Victória foi estender uma colcha branca, que havia lavado, na cerca do convento. Como o muro da cerca era relativamente baixo, alguns soldados espanhóis saltaram-no e apoderaram-se da colcha. Outras moças e freiras que estavam à janela viram o roubo e começaram a gritar:

- Victória!... A colcha!...
- E como a interessada não teria de imediato correspondido, continuaram a chamar:
- Victória!...Victória!...



Ao ouvirem este grito, julgando que feliz desfecho estava próximo, os defensores da fortaleza intensificaram o fogo ao mesmo tempo que as populações no exterior faziam o mesmo, o rufar do tambor na estrada para Bragança fazia-se ouvir ruidosamente e o vigia que estava na torre da igreja tocava febrilmente os sinos em sinal de regozijo.

Perante todo este ruidoso alvoroço, os espanhóis convenceram-se que estava a vir sobre eles o poder do mundo, levantaram apressadamente o cerco *“e, montando a cava-lo, entrarão todos a fugir e desapareceu tudo pelas lamas de Rio de Fornos e Moymen-ta, ficando por testemunha as cadeias de ferro portáteis, de feitio de serra, do Pantoja e a caldeirinha donde tinha o comer que tudo se conserva nesta vila”*.

O general Pantoja, que estaria a preparar-se para merendar, deixou, de facto, “o comer ao lume e a caldeirinha de prata ao Barrabás”.

## **6. Considerações Conclusivas**

Pelo que particularmente se constata em relação à província e teatro de Trás-os-Montes conforme os escritos do Padre Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, sabiamente elaborados com base em conhecidas fontes e arquivos e, nomeadamente, nas aturadas investigações locais, nacionais e em Espanha a que procedeu e se encontram nas suas “Memórias” - os eventos mais localizados e restritos, embora muito o merecessem pelo seu interesse, não foram mencionados neste trabalho - poderemos concluir em breve síntese os aspectos seguintes:

- a) Foram diferentes, fundamentalmente das verificadas na província do Alentejo e, em parte, também das constatadas na província do Minho, as acções realizadas no teatro transmontano, quer quanto aos efectivos, sempre reduzidos, aí empenhados, quer quanto ao sistema geral de actuação;
- b) O sistema de luta verificado no teatro, em especial nos primeiros anos da guerra, com as populações a acompanharem com entusiasmo as tropas regulares nas suas investidas, imprimiu a muitas destas o aspecto de “fossado” à boa maneira afonsina de D. Afonso Henriques - este concurso das populações urbanas e rurais verificou-se de forma mais limitada no Minho e não foi praticamente visível na província e teatro de Alentejo;
- c) A determinante influência do Conde de Schomberg na reorganização, preparação e comando do Exército, escudado no excelente acção administrativa do Conde de Castelo Melhor a nível governamental, teve efeitos positivos no conjunto dos quatro teatros, e não apenas no Alentejo, embora tivesse sido a este mais dedicado, encontrando-se no Conde de S. João, enquanto esteve à frente do comando das armas de Trás-os-Montes, durante cerca de sete anos - 1660 a 1665 e 1666 a 16767 - um émulo de valor;
- d) A evolução da guerra no teatro do Alentejo, o histórico e principal, relativamente à que se verificou no Minho e em Trás-os-Montes não permite generalizar a estes teatros o faseamento das operações, sempre discutível, que naquele se possa considerar.

No que particularmente diz respeito, neste âmbito, ao teatro transmontano, se considerarmos como marcantes os sempre mais limitados efectivos empenhados, a intensidade e o volume das acções e a participação das populações na luta, poderemos

admitir mais precisamente, as fases seguintes:

- 1ª Fase, de 1641 a 1644: luta irregular limitada em efectivos militares e com larga intervenção das populações;

- 2ª Fase, de 1645 a 1659: luta idêntica à da fase anterior, alternando com períodos de acalmia, e menor ou nenhuma participação das populações;

- 3ª Fase, de 1660 a 1667: luta menos irregular, conduzida com a agressividade e a iniciativa que lhe imprimiu o Conde de S. João.

Como sucede com as dos outros teatros, incluindo o Alentejano, estas fases não podem ser fielmente e inteiramente caracterizadas.

## **7. Rememoração do Abade de Baçal**

Como anunciei no início deste trabalho, acompanhei na sua elaboração o valioso texto das “Memórias” do conceituado investigador, historiador e escritor Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal. Não poderia, portanto, encerrar estas breves considerações sobre uma época de tanta importância para a independência e a continuidade de Portugal sem, como preito de homenagem, dedicar mais algumas considerações à sua biografia. Elas aí estão, portanto, simples, “tão simples como o cidadão que ele sempre foi.”

O Abade de Baçal, “título que as gentes da sua povoação lhe atribuíram e que só mais tarde o bispo de Bragança lhe confirmaria”, nasceu em 9 de Abril de 1865 e faleceu de doença prolongada em 11 de Novembro de 1947 na sua aldeia de Baçal, a 8 quilómetros de Bragança, na qual, com excepção de um período de seis anos, logo após a conclusão do curso do Seminário, em que parou a freguesia de Mairós, perto de Chaves, viveu permanentemente desde que nasceu e que em 1895, então com 30 anos, passou a parouar, nela se mantendo, depois, por mais 52 anos “no convívio”, como diz um biógrafo, “com os seus patrícios que o viram nascer e desaparecer”.

Com base, em certa medida, na formação recebida no Seminário e, em muito, no seu espírito de autodidacta, foi com entusiasmo e persistência, aproveitando as “folgas” da sua vida de sacerdote, que se dedicou à paleografia, à equigrafia, à arqueologia e à história da sua região, frequentando arquivos oficiais e privados, investigando e decifrando documentos e, sempre ávido de realismo - qualidade que exibiu com extremado amor à sua terra e à sua Pátria e absoluta isenção e imparcialidade - percorrendo todos os locais e recantos do seu distrito em que julgava encontrar, e assim sucedeu, o muito Saber que nos deixou.

As suas “Memórias”, que antes de serem editadas foram em boa parte difundidas em artigos e ensaios da Imprensa da época - o que muito contribuiu para o tornar conhecido e respeitado no seu novo labor - apresentam o “*levantamento geral*”, ainda que não sistematizado, de todo o norte transmontano, com os limites já referidos, abrangendo no seu todo os domínios político, social, económico, artístico, religioso, ideológico e militar, num trabalho exaustivo em que se procura penetrar nas raízes e factores que influenciaram os eventos de diversas épocas historicamente conhecidos ou então no

momento detectados. Considerando particularmente o conceito de Defesa na universalidade dos elementos que hoje se admitem para o seu domínio, não resta dúvida de que o conjunto dos trabalhos do Abade de Baçal fornecem valioso leque de conhecimentos históricos que se lhe adequam, proporcionando imagem exacta das épocas e eventos a que se reputam, ainda que o seu âmbito, nomeadamente nos aspectos político-militares, se não encontre inteiramente individualizado mesmo quando se sucedem acontecimentos e figuras que informam esses conhecimentos.

No seu afã entusiasta, persistente e esclarecido de investigar, registar e difundir o que era ou havia sido a sua região do ponto de vista arqueológico e histórico, Francisco Manuel Alves procurou chegar exigentemente a elementos que pudessem ser úteis ao conhecimento do passado e constituir orientações para o seu presente e para o seu futuro, rodeando-se sempre, no seus estudos e conclusões, de princípios de imparcialidade, equilíbrio, rectidão e elevado grau de patriotismo, no permanente sentido de exaltação das *“coisas”* da sua terra e do seu País.

A projecção e o interesse dos trabalhos do Abade de Baçal internamente e em instituições estrangeiras granjearam-lhe diversas manifestações de reconhecimento público, de que são exemplo a sua eleição para Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (Secção de Letras), a criação em Bragança do Museu que tem o seu nome e a colocação em largo da mesma cidade do seu busto, legando aos vindouros a recordação da sua figura de cientista, investigador e escritor com incontestado lugar entre os que, como escreveu Camões, *“por obras valerosas se vão da lei da morte libertando”*.

Outras terão sido, por certo, a nível nacional e regional, as distinções e honrarias em homenagem ao seu nome e à sua obra, ao conhecimento arqueológico-histórico que durante mais de cinquenta anos carrou no campo da Cultura para o seu distrito e para o seu País. Mas, nunca será demasiado tudo o que em sua honra, a título póstumo, se puder fazer. Porque não aproveitar para o recordar solenemente a data de 9 de Abril de 2015, em que se verificará o 150º aniversário do seu nascimento?...Porque não começar a preparar já, para essa altura, a reedição cuidada e mais rica, que bem merece, do texto revisto das suas *“Memórias”*?...

Sem prejuízo do que em qualquer outra data se poderá e deverá fazer em sua homenagem, apontando a sua excelsa figura às presentes gerações, atrevo-me a citar o velho rifão que o Padre Francisco Manuel Alves por certo também conhecia: *“Candeia que vai à frente alumia duas vezes!”*...

Proeminentes figuras do nosso meio científico, literário, histórico e cultural se tem dedicado a exaltar a biografia do Abade de Baçal, sendo de destacar, como exemplos, pelo seu aprumo e rigor das suas considerações, a *“Introdução”* redigida pela Dr<sup>a</sup> Maria Alcina R.C. Afonso dos Santos, então directora do Museu de Bragança, para a reedição das *“Memórias”* e o texto da brilhante comunicação, por ela citada, feita no mês da sua morte na Academia das Ciências pelo Prof. Egas Moniz, outro vulto entre o número de

portugueses que se destacaram nos domínios das ciências e da literatura, na qual se reflecte a sua figura científica, pastoral e humana e se aponta o cidadão voluntário, determinado, franco, sabedor e de excelente comunicabilidade que ele sempre foi.

Pessoalmente, tive o privilégio de o conhecer. Um manhã de um qualquer dia do fim dos anos quarenta, quando, num intervalo das aulas do Liceu, que estava a frequentar, entrava na livraria e tipografia existente no então Largo do Anjo, em Chaves, onde era impresso e editado o Jornal de que ele era muito apreciado colaborador no domínio arqueológico-histórico, vi a sua figura de transmontano rijo, de forte arcabouço, de ar modesto e simples que tratava com o responsável do periódico qualquer particularidade da sua colaboração.

Por esta razão, foi-me ainda mais grato tratar e apresentar nestas poucas páginas os aspectos da Guerra da Restauração da Independência respeitantes ao teatro de operações de Trás-os-Montes, em especial ao distrito de Bragança, com base nos que por ele foram coligidos, investigados e concluídos, rematando estas considerações com quatro linhas em verso em sua homenagem e na de todos os, há muito idos, transmontanos que viveram o prélio e cujo espírito, na sua obra, ele tão patrioticamente deifica:

*Da luta além-Douro, a norte, algo esquecida,  
De gente irrequieta, assaz valente,  
Rija como a paisagem, destemida,  
Legaste alto Saber que lhe é patente...*

1 Segundo as “MEMÓRIAS...” (1982), Tomo I, Pag. 99 a 114:  
*“O documento, que existe em Vinhaes, na mão do professor complementar, padre João Firmino da Silva, comissário da Ordem Terceira, distinto orador sagrado, de que o obtive por interferência do conselheiro Abílio de Madureira Beça, professor do lyceu de Bragança, de cujo distrito já foi governador civil e seu representante em côrtes em cinco legislaturas. É um in-fólio manuscrito, de 21x 31 centímetros em papel grosseiro, já muito manchado, sem prejuízo do texto, com vinte e duas páginas inumeradas, tudo escripto, menos metade da última e duas seguintes em branco”.*

## **Anexo A**



### **TEATRO DE OPERAÇÕES DO ALENTEJO Área de Operações da Guerra**

## **Anexo B**

**Revista Militar N.º 2446 - Novembro de 2005, pp 1155 - 0.**

:: Neste pdf - página 20 de 21 ::



**TEATROS DE OPERAÇÕES DO MINHO, TRÁS-OS-MONTES E BEIRA**  
**Área de Operações da Guerra**